

NOTAS SOBRE O ENSINO DE PSICOLOGIA ESCOLAR EM UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA¹

Review of the design of psychology education schooling from a critical perspective

Flávia da Silva Ferreira Asbahr

*Universidade Estadual Paulista - Bauru. Doutora em Psicologia (IP-USP).
flavia.asbahr@fc.unesp.br*

RESUMO

A psicologia escolar/educacional tem se consolidado como área de atuação e pesquisa nos últimos anos. Pesquisas sobre a atuação do psicólogo constata que, embora existam avanços nas atividades e discursos desses profissionais para uma compreensão mais crítica dos processos de escolarização, na prática predominam o psicodiagnóstico, a aplicação de testes psicológicos e o atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem. Esse cenário nos faz refletir sobre a formação do psicólogo para a atuação em escolas e demais instituições educacionais. Neste artigo, faremos uma reflexão teórico-prática sobre a formação em psicologia escolar na graduação. Serão discutidos dois pontos centrais: as políticas públicas em educação na graduação em psicologia e a inserção dos estudantes em instituições educacionais (especialmente a escola), para conhecer e analisar sua realidade e dinâmica institucional.

PALAVRAS-CHAVE: *Psicologia escolar. Formação do psicólogo. Políticas públicas em educação. Ensino de psicologia.*

ABSTRACT

School/educational psychology has been established as an area of expertise and research in recent years. Research on professional practices shows that although advances have been made in the discourse of professionals in the field, a more critical understanding of the process of schooling in general is required. The traditional practice of psychodiagnostics, (the application of psychological tests and assisting children with disorders) still remains as the dominating professional practice. This scenario makes us reflect on psychologist training for the purpose of working in schools and other educational institutions. In this article, we will reflect on the theoretical and practical training of school psychology at the undergraduate level. Two central points will be discussed: public policies in undergraduate psychology education, and the integration of students into educational institutions (especially schools) in order to understand and analyse their reality and institutional dynamics.

KEYWORDS: *School psychology. Psychology training. Public policies in education. Psychology education.*

¹ Entendemos que uma concepção crítica em Psicologia Escolar deve superar a histórica culpabilização dos alunos em relação aos problemas escolares, compreendendo o processo escolar em suas múltiplas determinações. Nesse sentido, o objeto de análise e intervenção da Psicologia Escolar em uma perspectiva crítica é "o encontro entre o sujeito humano e a educação" (MEIRA, 2000, p. 58). Para aprofundar o conceito de crítica em psicologia, ver Meira (2012).

INTRODUÇÃO

Investigações sobre a atuação do psicólogo demonstram que cerca de 10% dos psicólogos em atuação trabalham em psicologia escolar/educacional (YAHAMOTO, 2012; BASTOS & GONDIM, 2010), que tem se consolidado como área de atuação e pesquisa nos últimos anos.

Pesquisas específicas sobre a atuação do psicólogo escolar (SOUZA, 2010, LARA, 2013, YAMAMOTO et.al., 2013) constatam que, embora existam avanços nas atividades e discursos desses profissionais para uma compreensão mais crítica dos processos de escolarização e aprendizagem, na prática predominam a realização do psicodiagnóstico, a aplicação de testes psicológicos e o atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem (LARA, 2013). Isso assinala que a atuação do psicólogo escolar continua focada em análises individuais, que culpam os sujeitos, especialmente as crianças, pelos problemas decorrentes do processo de escolarização, hábito denunciado desde os anos 80 (PATTO, 2010; SOUZA & MACHADO, 2004)

Este cenário nos faz refletir sobre a formação do psicólogo para atuar em escolas e demais instituições educacionais. Em artigo anterior (ASBAHR, MARTINS & MAZZOLINI, 2011), apontamos que ainda é comum, em diversos cursos de graduação, que psicólogos se formem sem nenhum contato com uma escola, mesmo com a literatura crítica produzida pela psicologia escolar nos últimos trinta anos. Aliado à incompreensão do cotidiano escolar, aparece o desconhecimento e/ou análise crítica das políticas públicas em educação e seus impactos na dinâmica das escolas (VIÉGAS & ANGELUCCI, 2011).

Neste artigo, faremos uma reflexão teórico-prática sobre a formação em psicologia escolar na graduação, tendo em vista os problemas apresentados. Serão discutidos dois pontos centrais: as políticas públicas em educação na graduação em psicologia e a inserção dos estudantes em instituições educacionais (especialmente, a escola), para conhecer e analisar sua realidade e dinâmica institucional.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ESSENCIAL À ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Em nossa atuação, como professora de psicologia escolar, temos defendido que uma formação crítica na área requer o conhecimento e a análise das políticas públicas em educação. Mas por que estudantes de psicologia devem estudar as políticas públicas em educação? O que estamos entendendo como análise crítica dessas políticas? Entendemos que políticas públicas em educação marcam profundamente a escola e que sua contextualização evidencia exemplos de fracasso escolar e de sofrimento (SOUZA, 2007).

As políticas públicas em educação representam a busca por respostas aos problemas vividos na escola, mas não expressam soluções neutras. Revelar suas raízes históricas, políticas e conceituais é fundamental para compreender os impactos dessas propostas no processo de escolarização (VIEGAS, ASBAHR & ANGELUCCI, 2011).

Ora, sabemos que as políticas públicas educacionais implementadas nas redes de ensino imprimem marcas profundas na constituição do processo de escolarização. Assim, mais do que atual, é imprescindível conhecermos o que propõe o discurso oficial em relação à educação, ao nos depararmos com a realidade absolutamente contraditória da escola pública. A presença do poder público se dá geralmente por meio de programas de governo, muitas vezes explicitados na forma de lei. A análise de seu conteúdo é peça-chave na compreensão das situações engendradas na escola (VIEGAS, ASBAHR & ANGELUCCI, 2011, p.15).

No exame das propostas educacionais implementadas pelo poder público, deparamo-nos, nas palavras de Patto (2010), com “um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos” (p.411), que está longe de ser comprometido com a melhoria do ensino oferecido. Assim, no plano da lei, vemos propostas “preocupadas” com a democratização e qualidade do ensino, mas, ao mesmo tempo, encontramos condições objetivas de trabalho que impedem sua realização. Encontramos, ainda, sob a máscara de compromisso com a democracia, a imposição autoritária de decisões de gabinete, pautadas na lógica econômica, e não educacional (VIEGAS, ASBAHR & ANGELUCCI, 2011).

Como e por que essas contradições são produzidas? O mero estudo legal das políticas não nos dá a resposta. É necessária a compreensão de que tais

políticas são produzidas em uma sociedade capitalista, que reproduz a administração empresarial capitalista também na escola (PARO, 2006).

A análise das relações entre educação e sociedade, nesta perspectiva, é fundamental se quisermos superar uma compreensão subjetivista dos processos de escolarização. Com base numa compreensão marxista da relação entre educação e sociedade, entende-se que a educação é dependente da estrutura social, e a escola, em uma sociedade dividida em classes, reproduz e legitima a dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora (SAVIANI, 2008). Defendemos, assim, que a análise das relações entre educação e sociedade deve ser um dos primeiros conteúdos no ensino de psicologia escolar na graduação². Isso trará clareza sobre as finalidades da educação em nossa sociedade e sobre seu caráter contraditório, na medida em que a escola pode ser espaço privilegiado de acesso ao conhecimento para a classe trabalhadora.

A análise das relações entre educação e sociedade é condição para entender as contradições produzidas nas e pelas políticas públicas. Sem essa análise, corremos o risco, em nosso trabalho como psicólogos escolares, de atuar numa perspectiva reformista, reproduzindo dizeres do senso comum: a lei é boa, o problema é sua aplicação. Analisar a relação entre educação e sociedade, na perspectiva das políticas públicas em educação, exige também, sob a pena de reprisar os ideários reprodutivistas, a compreensão do potencial transformador da educação escolar. Nas palavras de Patto (2010):

[...] a rebeldia pulsa no corpo da escola e a contradição é uma constante no discurso de todos os envolvidos no processo educativo; mais que isto, sob uma aparente impessoalidade, pode-se captar a ação constante da subjetividade. A burocracia não tem o poder de eliminar o sujeito; pode, no máximo, amordaçá-lo. [...] a escola existe como lugar de contradições que, longe de serem disfunções indesejáveis das relações humanas numa sociedade patrimonialista, são a matéria-prima da transformação possível do estado de coisas vigentes em instituições como as escolas públicas de primeiro grau situadas nos bairros mais pobres (p.417).

² Elenita de Rício Tanamachi (2000) e Marisa Eugênia Melillo Meira (2000) têm feito essa defesa desde os anos 1990. A relação entre educação e sociedade é a primeira unidade de conteúdos da disciplina Psicologia escolar do curso de psicologia da UNESP de Bauru desde então.

Defende-se, portanto, que o ensino das disciplinas de psicologia escolar e psicologia da educação analise criticamente as políticas públicas em educação, o que tem sido feito com as políticas de saúde e assistência social. O exame da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9394/96), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da Política de Inclusão, do Plano Nacional de Educação (PNE), dos dispositivos de gestão democrática e demais políticas em nível federal, estadual e municipal são fundamentais à atuação do psicólogo escolar além de uma compreensão individualizante dos fenômenos escolares.

Neste sentido, concordamos com Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012) quando afirmam que:

A formação do psicólogo desprovida de discussões políticas e de práticas direcionadas a sua participação na construção da profissão tem se configurado como um empecilho e por isso torna-se de fundamental importância que haja uma **mudança na grade curricular dos cursos de graduação**, com vistas à contemplação dessas questões (p.336, grifos nossos).

Tendo em vista as discussões apresentadas, em nosso trabalho como professora de psicologia escolar, temos estruturado a primeira unidade programática da disciplina Psicologia Escolar I³, intitulada “A Psicologia Escolar e o contexto sócio-histórico atual”, da seguinte maneira:

1. As relações entre educação e sociedade

Neste tópico, procuramos examinar as relações entre educação e sociedade no contexto de produção capitalista⁴. Com a leitura de Paro (2006), estudamos o processo de produção e exploração do trabalho em nossa sociedade e seus impactos na educação escolar. Analisamos, ainda, a especificidade do processo de trabalho escolar e o potencial da educação escolar na transformação social. Com

³ No curso de Psicologia da UNESP-Bauru, as disciplinas de Psicologia Escolar se concentram no 3º ano do curso; Psicologia Escolar I, no 1º semestre; Psicologia Escolar II, no 2º semestre. Em http://www.fc.unesp.br/Home/Departamentos/Psicologia/curriculo-1210-1211_psi-corrigido.pdf, pode-se ter acesso à matriz curricular do curso. Em Psicologia Escolar II, o foco são as possibilidades de atuação do psicólogo na educação em uma concepção crítica, abrangendo a orientação à queixa escolar, a atuação em instituições de ensino, a atuação com a formação de professores e a própria participação do psicólogo na implementação de políticas públicas em educação.

⁴ Na disciplina Psicologia da Educação: fundamentos filosóficos, ministrada pelo Prof. Dr. Ângelo Antonio Abrantes, no 2º semestre do 2º ano do curso, esta discussão ganha destaque, sendo aprofundada em Psicologia Escolar I. Nesta disciplina, discute-se, ainda, as diferentes concepções pedagógicas e suas relações com as teorias da psicologia.

Saviani (2007), delineamos os impactos do neoliberalismo na educação escolar e as bases didático-pedagógicas forjadas neste ideário: lema do aprender a aprender, pedagogia das competências, teoria do professor reflexivo.

Uma ferramenta importante para a reflexão sobre esses temas é a análise do documentário “Pro dia nascer feliz”, de direção de João Jardim. O filme retrata a situação das escolas e dos adolescentes em regiões do país: escolas no interior de Pernambuco (cidades de Manari e Inajá); escola na periferia de Duque de Caxias, RJ; escola de Itaquaquecetuba, SP; escola particular de alto custo em São Paulo, SP. Na comparação entre as escolas, é possível entender as contradições da educação e as realidades educacionais antagônicas, dependentes das classes sociais que as produzem:

2. A realidade social e educacional brasileira

Neste item, debruçamo-nos sobre as políticas públicas em educação com referência nos textos de Viegas & Angelucci (2011). São analisadas as políticas de inclusão, de progressão continuada no Estado de São Paulo, as políticas de formação de professores, as estratégias de gestão da escola (papel do professor coordenador pedagógico e da produção do projeto político pedagógico) e a implementação do ensino fundamental de nove anos (ARELARO, 2005). Os estudantes são incentivados a ler os textos legais que norteiam as políticas estudadas.

3. Análise crítica do processo histórico de inserção da psicologia na educação

Neste momento, estudamos historicamente a relação entre psicologia e educação e as raízes históricas das principais concepções sobre o fracasso escolar (PATTO, 2010). Analisamos, ainda, com Meira (2011) como referência, as versões atualizadas das concepções tradicionais sobre o fracasso, especialmente o retorno à compreensão organicista das dificuldades de aprendizagem, expresso na atual medicalização da educação.

Na sequência da disciplina, tomando a Psicologia histórico-cultural e Pedagogia histórico-crítica como referências teóricas, são estudados temas clássicos da psicologia escolar em uma concepção crítica (avaliação e produção da

queixa escolar, medicalização da educação, formação docente e contribuições da psicologia etc.), o que não será desenvolvido neste texto.

3. FUNCIONAMENTO E DINÂMICA ESCOLAR: A NECESSÁRIA INSERÇÃO DO ESTUDANTE DE PSICOLOGIA NA ESCOLA

Temos defendido (ASBAHR, MARTINS & MAZZOLINI, 2011) uma atuação crítica em psicologia, em que o psicólogo compreenda o funcionamento e a dinâmica escolar. Neste sentido, torna-se necessário, nos cursos de graduação, que os estudantes visitem instituições educacionais e que os dados dessas visitas sejam analisados criticamente. Algumas questões: o que observar? Para quê? O que produzir com os dados coletados? O que esses dados nos revelam? Como superar a compreensão meramente empírica do que é observado na escola?

A observação do cotidiano escolar, para produzir conhecimento, não pode se restringir à mera constatação ou levantamento de informações. É preciso criar no estudante, futuro psicólogo, o hábito de questionar o cristalizado, o que parece natural. A realidade escolar é nosso ponto de partida, mas essa – na forma de “dados levantados” – não pode ser compreendida a priori. É apenas a aparência da realidade que se manifesta e não sua explicação. Como analisa Kosik (2002), essa primeira aparência constitui o mundo da pseudoconcreticidade: "No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, a diferença entre o fenômeno e a essência desaparece" (p.16).

Tanto na disciplina teórica (Psicologia Escolar II) como no estágio na área e nos projetos de extensão em escolas da rede pública, uma das etapas iniciais do trabalho é a observação do cotidiano escolar. Essa observação se baseia num roteiro inicial, reformulado de acordo com a realidade de cada instituição.

Os objetivos destas observações são: compreender globalmente o funcionamento e dinâmica institucional; contextualizar a instituição; observar e analisar a dinâmica das interações existentes na instituição nos diferentes níveis; conhecer as demandas escolares para a psicologia, do ponto de vista de agentes educativos.

São desenvolvidas atividades como entrevistas semiestruturadas com agentes educacionais (equipe gestora, professores, estudantes, funcionários,

familiares); observação participante do cotidiano escolar, dentro e fora da sala de aula; leitura e análise de documentos escolares, como o projeto político pedagógico e regimento escolar.

O roteiro de observação se inspira nas proposições de Tanamachi e Meira (2003) e se estrutura da seguinte maneira:

- a) Organização da escola: quantos alunos são atendidos (total e por série)? Quais são os períodos de funcionamento da escola? Quantos professores e funcionários trabalham na unidade? Há reuniões pedagógicas regulares? Quando e como acontecem? Como é composta a direção da instituição? Qual a composição do organograma institucional?.
- b) Estrutura e recursos físicos da escola: Como é o espaço físico da instituição (biblioteca, quadras, salas de aula, pátio etc.)? Há classes especiais (ou sala de recurso ou sala de recuperação de ciclo)? Quantas? Atendem a que tipo de aluno? Quantos alunos por sala? Quais os recursos materiais que a escola dispõe (salas com multimídia, materiais disponíveis nas salas de aula, jogos e brinquedos)?
- c) Projeto político e pedagógico da escola: fundamentos e objetivos educacionais; proposta pedagógica; posicionamento com relação à questão da inclusão; concepção de ensino e aprendizagem que norteia o trabalho pedagógico.
- d) Histórico da instituição: o levantamento histórico da instituição serve para contextualizá-la e responder a questionamentos, por exemplo: quando e por que a instituição foi criada? Por que a escola funciona neste local?
- e) Clientela: onde a escola está localizada? Qual a clientela atendida (faixa etária, nível socioeconômico, sexo)? Qual a profissão e o nível de escolaridade dos pais? Como é o bairro onde a escola se localiza?
- f) Corpo docente: qual é a formação dos professores? Professores são efetivos na escola? Há quanto tempo trabalham na unidade? Quantas horas se dedicam àquela escola? Quais são condições de trabalho e estudo?
- g) Trabalho pedagógico: relações entre professores e alunos; relações entre alunos; regras do grupo, concepção e procedimentos disciplinares; organização da sala de aula; conteúdos trabalhados; metodologia utilizada; materiais e recursos auxiliares; projetos extraclasse.

- h) Relações sociais na escola: entre alunos, alunos e professores, funcionários e professores, professores e direção, família e escola.
- i) Relação dos estudantes com a escola: o que você acha de estudar aqui? Qual a matéria que mais gosta e que menos gosta? Por quê? O que acha mais legal aqui na escola? O que mudaria na escola?
- j) Relação com a comunidade e gestão democrática: a comunidade participa de alguma forma dos trabalhos da instituição? Como? Existe conselho escolar? Como funciona? Alunos tem participação no conselho? Como é a participação dos pais na escola? Como é a participação dos pais no processo ensino-aprendizagem? Existem grêmios estudantis ou outras formas de participação dos alunos na escola?

Discute-se, com os estudantes, que a visita à escola ajuda a compreender aspectos dos fenômenos escolares. Assim, as visitas têm um caráter investigativo, não classificatório: o olhar é sobre as relações escolares - é um olhar relacional.

Após as visitas à escola, os estudantes compartilham o que foi vivido, observado, pensado. Neste momento, as discussões teóricas e os estudos sobre as políticas públicas em educação ganham vida. O objetivo desta etapa é organizar os dados observados para além de sua dimensão empírica: o que revelam? Como podem ser compreendidos para além de sua aparência? Teoria e prática (ou teoria e realidade escolar) se encontram, ensejando novos estudos. Os relatos das visitas confrontam as diferentes realidades observadas e discutem as políticas públicas em educação e a organização dos sistemas de ensino. Assim, estudar tais políticas, noções de legislação educacional e teorias pedagógicas começa a fazer mais sentido para os alunos.

Nesta socialização das experiências, é fundamental um relatório com a análise do funcionamento escolar, para organizar os dados levantados e fazer a síntese teórica e prática do que foi observado. Recomenda-se que o relatório seja discutido com a escola: “Este relatório pode se constituir em um instrumento extremamente rico para estimular a reflexão sobre os problemas da realidade institucional, bem como a discussão sobre diferentes formas de enfrentamento dessas dificuldades” (TANAMACHI & MEIRA, 2003, p.57).

Nas discussões e sínteses, muitos estudantes revêem sua vida na escola e os impactos da escola no seu aprendizado e na sua vida. Lembram de suas

experiências escolares, compreendem como dificuldades surgiram no processo de escolarização e repensam os planos profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, apresentamos dois elementos centrais à formação do psicólogo em perspectiva crítica. Obviamente, tal formação não pode se ater aos pontos deste texto - a análise das políticas públicas em educação e o conhecimento sobre o funcionamento escolar. Exige, ademais, um sólido aprofundamento teórico, que permita compreender os compromissos ideológicos, as origens epistemológicas e as lacunas existentes nas diversas teorias psicológicas.

Defendemos que, embora as pesquisas sobre a formação e a atuação em psicologia escolar tenham avançado, há muito a fazer para construir uma identidade profissional além da atuação individualizante e clínica das questões educacionais. A reflexão teórico-prática apresentada neste texto é um esforço neste caminho.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, C. B. & VIÉGAS, L. de S. 1ª reimp. **Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ARELARO, L. R. G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 26, n. 92, out., 2005, p. 1039-1066.

ASBAHR, F. S. F., MARTINS, E. & MAZZOLINI, B.P.M. Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.16, n° 1, mar. 2011, p.157-163.

BASTOS, A. V. B., & GONDIM, S. M. G. (orgs.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**. vol.16, n. 2, dez. 2012, p.329-338.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LARA, J. S. de A. **Psicólogos na rede pública de Educação: em busca de uma atuação institucional**. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2013.

MEIRA, M. E. M. Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, Elenita de Rício; SOUZA, Marilene Proença Rebello de & ROCHA, Marisa. **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 35-71.

MEIRA, M. E. M. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da Psicologia Histórico-Cultural. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D.; TULESKI, S. **A exclusão dos incluídos – uma crítica da Psicologia da Educação à patologização medicalização dos processos educativos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 113-124.

MEIRA, M. E. M.. A crítica da Psicologia e a tarefa da crítica na Psicologia. **Revista de Psicologia Política**, v. 16, 2012, p. 14-27.

PARO, V.H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SAVIANI, D. O neoprodutivismo e suas variantes: neo-escolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo In: SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 425-442,

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Ed. com. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (coleção educação contemporânea).

SOUZA, B.P. Funcionamentos escolares e produção de fracasso escolar e sofrimento. In: SOUZA, B.P. (org). **Orientação à queixa escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 241-278.

SOUZA, M. P. R.; MACHADO, A. M. (orgs.). *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUZA, M. P. R. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios**. 2010. 258f. Tese (Livre-Docência). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2010.

TANAMACHI, E. de R. Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em psicologia escolar. In: TANAMACHI, Elenita de Rício; SOUZA, Marilene Proença

Rebello de & ROCHA, Marisa. **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 73-103.

TANAMACHI, E. de R. & MEIRA, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. In: MEIRA, Marisa Eugênia Mellilo & ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. (orgs). **Psicologia Escolar: Práticas Críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 11-62.

VIEGAS, L. S.; ASBAHR, F. da S. F.; ANGELUCCI, C. B.. Apresentação. In: Viegas, Lygia de Sousa; Angelucci, Carla Biancha. (org.). **Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar**. 1ª reimp. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 9-23.

YAMAMOTO, K. et al . Como atuam psicólogos na educação pública paulista? um estudo sobre suas práticas e concepções. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 33, n. 4, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 27 jun. 2014.

YAMAMOTO, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 32, n. spe, 2012.